

Narrativas de Egressos da Prisão e Discursos Midiáticos Sobre Criminalidade

Narrativas de Egresados de la Prisión y Discursos Mediáticos Sobre Criminalidad

Narratives of Former Prison Inmates and Media Discourses on Crime

Luciane EngelORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3711-0217>*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul /Brasil***Inês Hennigen**ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0973-5973>*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul /Brasil***Resumo**

Este artigo discute a produção de subjetividade de pessoas que passaram por experiência de prisão, considerando os discursos midiáticos sobre a criminalidade. A pesquisa se justifica pela necessidade de pensar o trabalho da Psicologia junto à população encarcerada, colocando questões para os desafios que a complexidade do aprisionamento apresenta. A metodologia aplicada foi a roda de conversa realizada com um grupo voluntário de homens egressos do sistema prisional, na qual foram disparadores os conteúdos midiáticos escolhidos pelos participantes. Dentre os objetivos, buscou-se entender os efeitos subjetivos destes discursos nas pessoas que vivem esta realidade com seus desdobramentos penais e sociais, conhecer a maneira como resistem ou reproduzem valores e significados e, também, propiciar espaço de narrativas e de interação entre os participantes, valorizando o compartilhamento de opiniões e ideias. Analisamos os aspectos discutidos nas rodas de conversa que ora se relacionam com a reprodução da exclusão social, ora com crítica e resistência à identidade criminosa. Estas questões foram desenvolvidas em tópicos sobre a criminalização da pobreza e o resgate da cidadania que compreendem o conjunto dos temas debatidos e associados aos conteúdos midiáticos. Entendemos que a relação saber-poder que circula nos discursos, funcionando como um processo permanente de modelização da vida, é significativa na produção de subjetividade. E por fim, em contraponto a isso, concluímos sinalizando para práticas de liberdade exercitadas em espaços de reflexão e de narração de si, como modo de ruptura de identidades marginalizadas, resistência aos processos de exclusão social e possibilidade de criar diferentes caminhos.

Palavras-chaves: Criminalidade; Mídia; Produção de subjetividade; Práticas de liberdade.**Resumen**

Este artículo discute la producción de subjetividad de personas que pasaron por la experiencia de prisión, considerando los discursos mediáticos sobre la criminalidad. La investigación se justifica por la necesidad de pensar el trabajo de la Psicología junto la población encarcerada, planteando cuestiones para los desafíos que la complejidad del encarcelamiento presenta. La herramienta metodológica aplicada fue la rueda de conversación realizada con un grupo voluntario de hombres egresados del sistema penitenciario, en la que fueron disparadores los contenidos mediáticos escogidos por los participantes. Entre los objetivos se buscó entender los efectos subjetivos de esos discursos en las personas que viven esta realidad con sus desdoblamiento penales y sociales, conocer la manera en que se resisten o reproducen valores y significados y también propiciar espacio de narrativas y de interacción entre los participantes, valorizando el intercambio de opiniones e ideas.

Analizamos en este artículo los aspectos discutidos en las ruedas de conversación que hora se relacionan con la reproducción de la exclusión social hora con crítica y resistencia a la identidad criminal. Estas cuestiones se desarrollaron en tópicos sobre la criminalización de la pobreza y el rescate de la ciudadanía que comprenden el conjunto de los temas debatidos y asociados a los contenidos mediáticos. Entendemos que la relación saber-poder que circula en los discursos funcionando como un proceso permanente modelado de la vida es significativa en la producción de subjetividad. Y por fin, en contrapunto a eso concluimos señalando para prácticas de libertad ejercitadas en espacios de reflexión y de narración de sí, como modo de ruptura de identidades marginadas, resistencia a los procesos de exclusión social y posibilidad de crear diferentes caminos.

Palabras claves: Criminalidad; Medios de comunicación; Producción de subjetividad; Prácticas de libertad.

Abstract

This article discusses the production of subjectivity of people who have experienced imprisonment, considering the media discourses about crime. The research is justified by the need to think about the work of Psychology with the incarcerated population, putting on questions for the challenges that the complexity of the imprisonment presents. The applied methodological tool was the conversation circle done with a volunteer group of men egress of the Penitentiary System, in which the media contents selected by the participants were used. Among the objectives, we sought to understand the subjective effects of these discourses on people who live this reality with its criminal and social consequences, to know how they resist or reproduce values and meanings, and also to provide a space for narratives and interaction among participants, valuing the sharing of opinions and ideas. We analyze the aspects discussed in the conversation circle that sometimes related to the reproduction of social exclusion, sometimes with criticism and resistance to criminal identity. These issues have been developed in topics about criminalization of poverty and the rescue of citizenship that comprise the set of themes debated and related to the media contents. We understand that the power/knowledge relation that circulates in the discourses, functioning as a permanent process of forging of life, is significant in the production of subjectivity. And finally, in counterpoint to this, we conclude pointing to practices of freedom exercised in spaces of reflection and self-narration as ways of breaking down marginalized identities, functioning as resistance to the processes of social exclusion and as a possibility to think of different paths.

Keywords: Criminality; Media; Production of subjectivity; Practices of freedom.

Introdução

Este artigo é resultado da pesquisa de mestrado acadêmico da primeira autora, sob a orientação da segunda, que discutiu a produção de subjetividade de pessoas que passaram por vivência de prisão, considerando o que é dito sobre criminalidade na mídia, principalmente nos meios de comunicação acessados pelos participantes do estudo. A realização da pesquisa contou com a participação de pessoas que se encontravam em liberdade e eram atendidas pela Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário

(FAESP), localizada no município de Porto Alegre.

Inicialmente, a partir do trabalho de psicóloga junto à população privada de liberdade, o estudo foi impulsionado pelo seguinte questionamento: de que formas a mídia faz circular a temática criminalidade e quais efeitos subjetivos o discurso midiático gera nas pessoas que foram presas e vivem esta realidade com seus desdobramentos penais e sociais?

Importante dizer que este estudo não se ateve a alguma mídia específica, mas às

práticas discursivas que falam e fazem falar maneiras de conduzir e de controlar determinado segmento da população (Coimbra, 2001). Em outras palavras, referimo-nos às formas de comunicar e de informar da mídia, realizadas por meio de recortes que supervalorizam e dão visibilidade ao que hoje se apresenta como modos hegemônicos de pensar a manifestação da criminalidade e da violência na sociedade contemporânea. Trata-se, portanto, de uma observação dos efeitos destas práticas discursivas que se repetem, instituindo-se enquanto verdades – que visamos aqui problematizar. Assim, são produzidas subjetividades sociais passíveis de serem observadas nos dispositivos midiáticos, com seus “modos de manipulação e de telecomando” (Guattari & Rolnik, 1986, p. 17). Por outro lado, não se trata de subestimar a capacidade crítica e avaliativa dos sujeitos diante dos conteúdos que consomem, mas, trata-se de entender que, para além da veiculação de imagens, falas e sons, é necessário pensar a mídia como um dispositivo capaz de produzir significados (Fischer, 2012), “que contribuem de forma decisiva para nossa subjetivação” (Hennigen, 2008, p. 167).

A perspectiva foucaultiana aponta que “os saberes se constituem com base em uma vontade de poder e acabam funcionando como correias transmissoras do próprio poder a que servem” (Veiga-Neto, 2005, p. 141). É importante frisar que para esta perspectiva, na qual nos debruçamos para realizar as análises nesta pesquisa, o poder está na ação e na incessante busca de condução de condutas, logo, não se detém, mas se exerce, atravessando todas as relações, em toda parte (Foucault, 1976). Através deste entendimento, assinalamos que a questão da criminalidade é perpassada por relações de saber-poder, seja na forma de atos e falas de repressão, como de controle e categorização articuladas por instituições, ciências, leis, doutrinas e, também, no âmbito das mídias, que colocam em circulação discursos que forjam modos de

existência (Fischer, 2002), neste caso, associados à criminalidade.

Pertinente já pontuar que estes discursos, geralmente, possuem fundamentos essencialistas, que atribuem a uma questão biológica e individual a propensão a determinado ato criminoso. E, neste campo discursivo, encontram-se explicações para o comportamento desviante com base em experimentações isoladas que naturalizam no sujeito a resposta e a solução da problemática (Rauter, 2003). Nesta correia transmissora, ao abordar a criminalidade e a violência, a mídia geralmente faz recortes e interliga aspectos para enfatizar algum conceito e/ou significação que queira transmitir, comumente com base em interesses hegemônicos. Entendemos que estas práticas podem ter contribuição relevante para o modo como a sociedade se organiza e se conduz em relação à criminalidade e à segurança. Queremos dizer que a mídia se apresenta como “equipamento que forja determinadas formas de existência” associadas à criminalidade (Coimbra, 2001, p. 31).

Seja notícia ou entretenimento, a excessiva midiaticização do crime e suas ênfases é também responsável pelo aumento da sensação de insegurança que acomete a população e, interdiscursivamente¹, faz ampliar a crença de impunidade no país (Silva & Falconi, 2012). Convicção esta que talvez seja o pano de fundo para o clamor popular de prisão. O Brasil é um país que prende muito e prende mal (Barrocal, 2015), pois, segundo Napoli (2014), coexiste um sistema com o pressuposto de que a causa do crime é a pessoa (criminoso) e que utiliza o encarceramento como a principal estratégia de resposta ao crime. Além de ser um funcionamento temerário para os preceitos de justiça social, em que todos os indivíduos são iguais perante a lei, é sabido que este sistema

¹ “Conjunto de discursos que mantém uma relação discursiva entre si, ou seja, termos de outras esferas ou discursos, atuando numa relação discursiva conflituosa (ou não), num determinado discurso” (Maingueneau, 2007, citado por Paulon, Nascimento & Laruccia, 2014, p.26).

gera alto custo e pouca eficácia. A prisão, no entanto, que deveria ser a exceção (Bulla & Fernandes, 2015), torna-se a regra, inclusive, em medidas provisórias que ultrapassam o tempo legalmente permitido para manter o aprisionamento, conforme a jurisdição penal brasileira.

De acordo com Silva e Falconi (2012), pode-se depreender que as altas taxas de encarceramento no Brasil encontram amparo no clamor pela solução penal para os problemas sociais relativos à violência e à criminalidade. Problemas que são reais e graves, mas que devem ser estudados e aprofundados de forma que possibilite uma política de estado constante e com estratégias eficazes para a solução e prevenção dos altos índices de criminalidade. Por enquanto, a mídia em linhas gerais tem ocupado espaço considerável sobre esta temática, todavia, ampliando a sensação de insegurança quando apresenta recortes dos fatos ou se posiciona parcialmente sobre os conteúdos que veicula.

Os estudiosos a seguir sugerem que a população privada de liberdade, em sua maioria, é pobre e desassistida, e é no retrato da prisão que discursivamente se cola o conceito de criminalidade. Wacquant (1999, citado por Silva & Falconi, 2012, p. 3) “afirma que desenvolver um sistema penal em resposta aos problemas socioeconômicos da população ao aumentar as forças coercitivas do Estado equivale a um desfavorecimento claro às classes humildes”. Esta concepção difunde modos de expressar o que é crime, com tendência a criminalizar a pobreza e a naturalizar o modo como falamos de pessoas desprovidas economicamente, em sua maioria, negras. Conforme Borelli (2008), esta criminalidade é produzida no contexto social pelo viés da discriminação e da segregação estabelecido por relações de saber-poder que também circulam na mídia. Comumente, estão presentes nestes discursos a intenção de controle e de punição como ação retributiva, esta que pretende servir de exemplo à sociedade como suposta estratégia de inibir novos atos. Todavia, historicamente, este modo de lidar com o problema tem

demonstrado revés sobre a criminalidade, principalmente porque retira o foco dos aspectos sociais produtores de circunstâncias propensas às condutas criminosas.

Por conseguinte, a participação da mídia neste cenário se constitui em amplo aspecto. Neste sentido, há que considerar aquilo que é proposto como a busca por objetividade enquanto um fator que caracteriza a informação (Nogueira, 2007). Em função desta estratégia, a mídia dificilmente dará conta da complexidade dos fatos de uma ação criminosa, principalmente em um noticiário, pois “a linha de montagem da notícia reproduz a racionalização, a objetividade, aliada à ideia de profissionalismo” (Nogueira, 2007, p. 56). De acordo com Nogueira (2007), a pressão pela atualidade da notícia torna o trabalho do jornalista, que já é naturalmente refém do tempo, distante de um conteúdo construído com mais reflexão ou que possibilite promover ponderações mais críticas acerca dos processos da ação criminosa. Dessa maneira, os discursos vão se constituindo com os recortes e reproduzidos sem a narrativa que compõe as circunstâncias dos acontecimentos.

Para Veiga-Neto (2005, p. 110), “cada um de nós já nasce num mundo em que os discursos já estão há muito tempo circulando, nós nos tornamos sujeitos derivados desses discursos”, o que leva a compreender de que a forma como lidamos com a questão da criminalidade é produzida por um campo discursivo, de certo modo, “exterior” aos indivíduos que falam sobre ela; é o que Foucault (2008) ressalta ao propor, no âmbito da arqueologia do saber, o “diz-se” e entender o sujeito do enunciado como uma função vazia, ocupada por qualquer indivíduo para afirmar alguma proposição.

Cabe salientar que existem elementos no discurso sobre a criminalidade que denotam um processo de individualização da culpa relacionada a identidades perigosas, construídas nesta discursividade. Estes elementos circulam também nos discursos midiáticos de forma que reforçam para a população a necessidade de controle das

identidades constituídas na ideia de periculosidade. Como diz Coimbra (2006) “é o controle das virtualidades, importante e eficaz instrumento de desqualificação e menorização, que institui certas essências, certas identidades” (p. 2).

Sobre este processo, reiteradamente, observamos apontamentos acerca da criminalidade vinculada a uma população específica através de julgamentos reforçados por manchetes jornalísticas e reações de intolerância. Esta relação é sustentada por modelos conservadores, em que a mídia dominante se mostra uma aliada. Nesta esteira de julgamentos reacionários reproduzidos nos discursos midiáticos, não conseguimos observar com a mesma veemência a problematização da organização social acerca da produção de exclusão e de desigualdades. No entanto, é de se pensar por que temos tanta certeza na punição e não encontramos soluções eficazes para os problemas sociais. Em proporções infinitamente menores aos clamores por aprisionamento, coloca-se em questão esse funcionamento social, que nos conduz por meio de discursos e não proporciona o que as falas reclamam, por exemplo, quando se acredita que pedindo mais prisão, pede-se mais segurança.

Em consonância com a ideia de que a mídia é um espaço político de produção de significados, talvez o extraordinário da notícia seja esse constituir-se enquanto uma forma estratégica de dar visibilidade às práticas discursivas e não discursivas que se queira tornar hegemônicas e que são reiteradas para controlar populações. Acerca da condução de condutas, uma das características da tática de poder próprio das disciplinas, que seguem marcando o âmbito do crime e do sistema prisional, é de “fazer com que os efeitos desse poder social sejam levados a seu máximo de intensidade e estendidos tão longe quanto possível, sem fracasso, nem lacuna” (Foucault, 1987, p. 179). Assim, o poder de punir é utilizado de maneira política e, neste aspecto, a mídia é impecável, pois o seu discurso antecipa interpretações e significados ao

público, “dificultando-lhe a construção de sentidos singulares” (Souza, 2003, p. 84).

Por outro lado, considerando a teorização foucaultiana sobre poder, concebido enquanto relações móveis, existente na ação, no exercício da condução de condutas e não em algo absoluto ou correlativo a um poder soberano e repressivo, abrem-se brechas para pensar certo grau de liberdade no que concerne à produção de subjetividades, superando a lógica de opressão e de dominação. Como disse Michel Foucault (2006) sobre o papel do intelectual na mudança de alguma coisa no pensamento das pessoas:

Meu papel – mas este é um termo muito pomposo – é mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam, que elas tomam por verdadeiros, por evidentes certos temas fabricados em um momento particular da história, e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída. (p. 295).

No caminho deste raciocínio e, ainda, dentro dos objetivos deste estudo, procuramos, nas rodas de conversa – estratégia metodológica utilizada nesta pesquisa, como explicamos a seguir – promover a interação entre os participantes e criar espaços para a produção de narrativas de si na construção de diferentes modos de lidar com aquilo que se configura em exclusão social. Entendemos que o narrar a si e o compartilhar experiências podem transformar o modo de se perceber e de perceber o que se reproduz, possibilitando, com isso, traçar uma trajetória diferente dos parâmetros produzidos pelos discursos largamente difundidos sobre criminalidade, não só na mídia, mas também num campo discursivo que funciona pelo controle e pela normatização.

Percurso metodológico

Para entender de que maneira os discursos midiáticos sobre a criminalidade impactam em pessoas que passaram por

experiência de prisão, realizou-se a pesquisa com um grupo de seis homens que voluntariamente se apresentaram quando convidados durante nossa visita, previamente realizada, à Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário (FAESP). Estas pessoas frequentavam a instituição em busca de assistência material, psicológica e educacional. Os participantes, todos homens, tinham idades entre 37 e 52 anos e escolaridade, predominantemente, de ensino fundamental incompleto, sendo que um integrante do grupo tinha ensino médio completo e dois deles não eram alfabetizados. As suas trajetórias penais decorreram de enquadramentos diversos, com tempo de aprisionamento variável, sendo que a pesquisa não se ateve especificamente aos delitos cometidos ou ao tempo de aprisionamento, mas ao que vivenciaram dentro e fora da prisão. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 45214515.0.0000.5334).

Foram realizados 7 (sete) encontros, duas vezes por semana, com duração média de 50 minutos. Tal esquema considerou a possibilidade dos participantes e sua rotina na instituição, específica e transitória, pois estavam realizando curso profissionalizante de pintura predial na iminência de ser concluído. Ou seja, após a conclusão do curso, não havia previsão de novos encontros ou de outros participantes aderirem à pesquisa, já que a frequência é voluntária na FAESP. E assim não havia garantia de manutenção dos encontros de pesquisa.

Além da vivência de prisão entre os participantes, a opção de realizar a pesquisa com estas pessoas considerou o fato de estarem em liberdade, pois permitiria uma participação mais espontânea – em relação a quem ainda se encontra cumprindo pena. Nesta perspectiva, a ferramenta metodológica utilizada foi a roda de conversa (Melo & Cruz, 2014), que abre espaço para uma fala livre, com respeito à singularidade, valorizando as percepções de cada experiência transmitida e compartilhada no grupo. Sendo o objetivo da pesquisa entender o acesso à mídia e os efeitos subjetivos produzidos principalmente por

discursos midiáticos relativo à criminalidade, essa dinâmica pareceu a mais indicada porque viabiliza o diálogo através de trocas e reflexões (Melo & Cruz, 2014). De acordo com nossos estudos acerca da metodologia, a roda de conversa possibilita criar diferentes percepções de si e do mundo e, também, de recriar modos de existência, sendo “uma estratégia política libertadora, que favorece a emancipação humana, política e social de coletivos historicamente excluídos” (Sampaio, Santos, Agostini, & Salvador, 2014, p.1300).

O espaço da roda de conversa intenciona a construção de novas possibilidades que se abrem ao pensar, num movimento contínuo de perceber – refletir – agir – modificar, em que os participantes podem se reconhecer como condutores de sua ação e da sua própria possibilidade de ‘ser mais’ (Sampaio et al., 2014, p.1301).

Nesta perspectiva, entendemos que este espaço produziu movimento que acionou memórias mediante narrativas sobre suas histórias de vida, vivências e sensações que envolveram a passagem pela prisão e as estratégias de convivência social. Este movimento permitiu olhar mais atentamente às experiências produzidas nos encontros e aos modos de se conduzir no coletivo.

A produção de material ocorreu como uma espécie de entrevista de grupo, sem ser diretiva ou estruturada em questões fechadas, mas com a interação entre pesquisadora e participantes através de uma discussão focada nos tópicos essenciais da pesquisa (Moura & Lima, 2014). Este estudo, portanto, propôs uma conversa que envolveu meios de comunicação acessados pelos participantes (TV, rádio, internet, jornal), suas ideias e modos de lidar com os conteúdos veiculados que falam sobre a criminalidade. A introdução da conversa se deu com a explicação sobre a pesquisa, sobre como iriam funcionar os encontros e principalmente sobre a necessidade de interagir de maneira respeitosa à opinião de cada participante. Alguns

encontros foram gravados e transcritos e, também, foram realizadas anotações na forma de um diário de bordo.

As mídias apontadas e destacadas pelos participantes consideraram o interesse por determinado programa ou conteúdo e, também, a frequência com que tinham acesso. Dentre eles, receberam destaque: jornais televisivos (Jornal do SBT; Jornal Fala Brasil, da Rede Record; Jornal da Globo; Jornal da Band e Brasil Urgente, da Band), novelas televisivas (*Vidas Opostas*, da Rede Record e *I love Paraisópolis*, da Rede Globo), jornal impresso gaúcho (Diário Gaúcho, do Grupo RBS), rádio de frequência AM (Rádio Farroupilha, também do Grupo RBS: Programa do Gugu e Comando Maior), e internet, citada por uma pessoa (G1 e redes sociais). Programas televisivos e de rádio foram os mais citados pela preferência e possibilidade de acesso tanto dentro da prisão (fornecido por familiares) quanto em liberdade.

Tomando os jornais e programas apontados pelos participantes, buscou-se trechos que foram, então, disparadores dos debates em todos os encontros. Este espaço de conversa proporcionou aos participantes trazerem suas vivências e percepções através de narrativas sobre assuntos pertinentes à condição de egresso do sistema penitenciário. Os participantes narraram a realidade da prisão e da comunidade pobre e, também, a maneira como se veem nestes espaços. A riqueza deste processo residiu justamente na arte de narrar, pois a experiência se constitui neste processo, quando “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (Benjamin, 1994, p. 201).

Considerando a relação dos participantes com a instituição, organizamos encontros abertos que permitissem a outras pessoas com vivência de prisão, mas que não faziam parte do grupo inicial, juntar-se a esse no período acordado para a pesquisa. Além de possibilitar liberdade a quem não pudesse ou

não quisesse permanecer no grupo, também poder ausentar-se do espaço sem oferecer prejuízo à pesquisa. A ideia de encontros abertos, então, visava manter quórum e permitir que a participação fosse espontânea; ao mesmo tempo, almejava que a produção do grupo não tivesse a interferência desses traços de controle, uma vez que intentávamos que a experiência de/com a pesquisa colocasse em ação novos modos de lidar com as questões de controle. Além disso, considerávamos rica a possibilidade de diversificar as informações e as trocas com outras pessoas em condição de egressas do sistema penitenciário e que ainda não tivessem participado das rodas de conversa.

No primeiro dia, para a conversa fluir sem maiores preocupações e porque os presentes ainda demonstravam certa tensão, ela não foi gravada; iniciou-se questionando sobre o acesso à mídia, sobre as possibilidades dentro e fora da prisão e os conteúdos acessados. Dentre as mídias apontadas pelo grupo, foi escolhido, em consenso pelos participantes, assistir ao noticiário de um crime que gerou muita repercussão quando foi veiculado e podia ser acessado ali por canal de internet, assim permitindo iniciar o debate naquele momento. Assistiu-se a matéria do jornal televisivo cuja chamada ficou conhecida como “Adote um Bandido²” (Sheherazade, 2014), que foi ao ar em fevereiro de 2014, transmitido pelo Jornal do SBT. O desdobramento das discussões demonstrou sensações e opiniões diversas. Conforme mostrou a reportagem, a retaliação da comunidade sobre o autor do delito foi admitida pela apresentadora do telejornal como uma atitude correta e incentivada para a defesa da sociedade, acusando o estado de ser omisso nas soluções sobre a violência e o crime. O desdobramento desta discussão será

² A reportagem do Jornal SBT conhecida como “Adote um bandido” trata do caso de um rapaz suspeito de roubo que foi espancado pela comunidade local e amarrado nu em um poste da zona sul do Rio. A repercussão que a reportagem gerou deveu-se à ação da comunidade e à posição da repórter que apoiou a retaliação e deu o nome à chamada que assim se tornou conhecida.

trazido nos tópicos subsequentes deste artigo. Este primeiro encontro foi encerrado com a sugestão de uma escrita dos participantes (que pudessem e quisessem) sobre algo que gostariam que fosse conhecido sobre suas histórias de vida.

No segundo encontro, foi feito um breve aquecimento de boas-vindas, perguntando como se sentiam e quais eram suas expectativas. Como ainda se mostravam reservados e aguardando uma tarefa, foi retomada a sugestão de mídias apontadas pelo grupo para decidir com eles como seria aquele dia. O diálogo iniciou com brincadeiras deles entre si, falando das preferências por novelas e jornais televisivos. Então falaram das condições e limitações para terem acesso aos meios de comunicação e, em seguida, o assunto passou a ser a realidade de suas vidas em termos de moradia, questões financeiras e econômicas, laços familiares, condição social e políticas do país, assuntos que também eram abordados nas novelas às quais costumavam assistir. A reflexão sobre o que é mostrado nas novelas (preferência entre os conteúdos disponíveis) e a forma como a população envolvida com o crime é retratada foi disparadora da discussão. Parte de um capítulo da novela *I love Paraisópolis*, exibida em novembro de 2015 pela Rede Globo, com uma trama que envolvia o chefe do tráfico com a comunidade e com pessoas poderosas (empresários ricos) foi o conteúdo disparador. O debate girou em torno de tópicos relativos a preconceitos, justiça, polícia, dinheiro, sentimento de incômodo e menosprezo, e condutas diversas. Durante as falas, tentamos fazer conexões com eles, refletindo sobre a maneira como reproduzimos alguns dos pontos mostrados na novela, por exemplo, o preconceito. Este foi um dos encontros mais longos e participativos.

Para o terceiro encontro, conforme o combinado, a pesquisadora levou jornais impressos de suas preferências (Diário Gaúcho) para que eles pudessem ler e destacar os assuntos que quisessem. Combinamos aproximadamente 10 minutos para o manuseio dos jornais, para que cada participante tivesse

condições de escolher e entender o conteúdo que iria trazer ao grupo. Neste encontro, um dos participantes não sabia ler e os demais o ajudaram através dos títulos e imagens, lendo para ele o conteúdo escolhido. Puderam falar de seus desejos e sentimentos através das imagens que lhes chamavam a atenção. A disponibilização de jornais impressos serviu para diversificar os tipos de mídia e contemplar aquelas apontadas pelos participantes e observar a maneira de interação com os conteúdos escolhidos. O tempo da informação no jornal impresso é diferente do tempo da TV e do rádio, assim como a quantidade de elementos sobre o assunto, o que permitia reflexão do leitor sobre o que está sendo veiculado. Além disso, o jornal impresso oferece possibilidades de escolha sobre a ordem de escolha das notícias (Megid, 2006). Foi possível, então, observar questionamentos, críticas ou afirmações sobre as leituras que ficam em torno da possibilidade de trabalho, moradia e das páginas policiais. Cada participante percorreu sobre suas escolhas, enquanto o grupo fazia comentários, conforme o entendimento que apresentava.

O quarto encontro contou com a participação de um novo integrante e um dos participantes que vinha acompanhando os encontros esteve ausente. A roda de conversa teve o tempo de duração reduzido em função do atraso no encerramento das atividades do curso de pintura predial. Mesmo assim, ficamos reunidos no período restante, que serviu para a acolhida do novo membro e para retomar as combinações que fizemos no primeiro dia sobre as escritas. Procurou-se incentivar a reflexão e produção de escrito que pudesse contar algo de sua memória ou de sua história da maneira que entendessem importante de ser compartilhada. Aqueles que tivessem dificuldades para escrever, teriam auxílio se assim o desejassem. A combinação foi de compartilhar as experiências no grupo.

O quinto encontro foi tumultuado, teve algumas interrupções devido ao encerramento do curso de pintura predial e à entrega de certificados. Por isso, tivemos nosso período de conversa novamente um pouco reduzido.

Também, foi um desafio iniciar o encontro, pois a confraternização ocorreu no mesmo espaço onde as rodas eram realizadas. Para conseguir voltar a atenção à atividade de pesquisa, iniciou-se falando sobre o curso que finalizavam, abrindo o debate acerca das expectativas em torno disso e como foi para eles realizar aquela capacitação. As discussões focalizaram o mercado de trabalho, as dificuldades (preconceitos e desigualdades) e alternativas possíveis.

No sexto dia, aconteceu o ingresso de novo integrante, sem nenhum outro se ausentar. A atividade de leitura de trechos de jornais impressos e virtuais foi proposta a partir dos conteúdos e jornais sugeridos pelos participantes. O conteúdo escolhido nas notícias foi apontado a partir do interesse de reconhecimento do território enquanto estavam presos, buscando informações sobre a cidade e sobre os acontecimentos da vida fora dos muros da prisão. As notícias versavam sobre prisão, segurança, criminalidade e violência e, assim, iniciamos o debate e as reflexões. O material incentivou a participação e ajudou na forma como os integrantes mais reservados ingressaram no assunto. Procurou-se inclui-los na conversa de maneira equânime, mesmo que o espaço tendesse a ficar centralizado por quem era mais comunicativo. O assunto dirigiu-se para questões complexas, como políticas públicas, racismo, preconceito, segurança, acesso a lugares públicos e lazer, relações sociais e expectativas de futuro.

No sétimo e último encontro, a participação foi bem reduzida porque os participantes não tinham mais atividades na FAESP. A conversa neste dia ocorreu com dois integrantes e, como havíamos combinado de que iríamos ler as histórias escritas por eles, procedemos com a leitura daquele que havia produzido seu escrito que resumidamente buscou se afirmar como pessoa livre:

Vida fora da prisão. É difícil porque só quem passou por lá tem algo a dizer, é complicado, pois é uma batalha, se reconstruir, ir buscar o

tempo perdido e mais o amor da família e os amigos, deixando o fantasma do passado para trás, vivendo o presente, futuro, sem olhar para trás.

As discussões foram breves, mas geraram reflexão acerca das tentativas de inclusão social através do trabalho e dos estudos, da aceitação na comunidade e na família e no modo de reinventar-se, trilhando diferentes caminhos. Algumas questões permearam a conversa para fazer circular o assunto entre todos os participantes, produzindo diferentes maneiras de perceber o que era dito, principalmente, sobre a reprodução de falas que reforçam o lugar de condutas excludentes.

Dessa forma, a escolha do método e do campo teve o intuito de viabilizar aos próprios participantes serem protagonistas nesse processo, criando possibilidades de serem afetados com o que produziam no ambiente da pesquisa. Consideramos que tal proposta tenha sido uma contribuição importante do estudo para os participantes.

Roda viva: os caminhos desta conversa

Este tópico traz breves observações da pesquisa e introduz os dois tópicos subsequentes onde se discorre análise dos principais aspectos que as rodas de conversa produziram acerca de histórias de vida dos participantes, da experiência de prisão, considerando os discursos midiáticos sobre a criminalidade.

Os momentos de silêncio foram raros e as conversas aconteciam espontaneamente. Neste percurso, com narrativas sobre caminhos errantes e um sistema produtor de desigualdades e pouco acolhedor para quem quer encontrar novos rumos, nos deparamos com efeitos subjetivos que o discurso midiático produz, sobretudo, nestas pessoas que cumpriram pena de prisão. Interessou-nos também analisar a maneira como resistem ou reproduzem valores, pré-conceitos, significados veiculados e como se conduzem

diante da realidade social após o aprisionamento.

Durante as rodas de conversa, as discussões apontaram para aspectos significativos do contexto de vida dos participantes, todos adultos em fase intermediária, com suas dificuldades e potenciais, subjetividades decorrentes da experiência de vida que inclui a vivência de prisão e, na sua maioria, com histórico de privações à educação, trabalho, saúde ou amparo social.

As discussões e narrativas também mostraram que o aprisionamento impacta de forma importante na constituição subjetiva dos sujeitos, os quais se expressaram em determinados momentos demonstrando indignação e um tanto de resiliência sobre o sofrimento derivado de estigmas sociais a quem está nesta condição. No sexto encontro, conversou-se sobre trechos jornalísticos de páginas policiais, com ênfase na forma como o conteúdo é abordado e o quanto é difícil de conseguir trabalho se tiver antecedentes criminais:

Parece assim que tu ficou rotulado, ficou como se fosse um animal bovino, sabe com essa marca, então tu faz parte daquela fazenda, essa fazenda aqui não condiz com as demais, é uma fazenda excluída, tu é um se... Tu vai sair com aquela mancha e aquela mancha vai te seguir.

Os sujeitos que saem da prisão carregando marcas em suas atitudes e expressões, no modo de se conduzir subjetivado pela submissão a regras totalizantes, a eles são atribuídas marcas identitárias construídas e difundidas pelos discursos sociais:

Aí eu me lembro que eu fui levar a folha corrida e aí justamente que o nada consta não saiu, e o dono do restaurante disse que colegas não iam se sentir à vontade trabalhando

comigo, por questão de eu ser um egresso né, e ele disse tu poderia sentir até um mal estar e ver colegas teus, tu entrar no vestiário e colegas guardando ou fechando armário.

Além destas marcas, percebe-se que carregam consigo a sina do controle de si como efeito do aprisionamento. É possível observar concretamente que isso ocorre quando se ouve pessoas diretamente envolvidas com a situação, falando:

esse ouro que foi esse novo sistema que foi implantado das tornozeleiras foi ótimo, tem gente que ta fazendo mau uso né, sai pra roubar, fazer isso e aquilo, mas tem gente que ta realmente seguindo à risca ali, então a gente tem que separar o joio do trigo.

De acordo com a perspectiva foucaultiana, o processo de prisionização se mostra mais eficaz quando este sujeito passar a exercer este controle sobre si mesmo, tornando-o instrumento do seu exercício. Ou seja, a institucionalização produz no sujeito a sua utilidade ao sistema: quanto mais obediente mais dócil, quanto mais aptidão para reproduzir as forças institucionais, mais acentuada a dominação observada na discussão do primeiro dia de roda de conversa, ao assistir a reportagem “Adote um bandido” citada anteriormente: “Como não se precisa mais de polícia? Pelo contrário, precisa de muita polícia e até o exército deveria estar na rua, dando jeito nisso (crimes)”. Na análise de Rauter (2003): “a caracterização de determinada manifestação cultural como ‘subcultura’ visa claramente a enaltecer e a confirmar a cultura e os valores das elites dominantes” (p. 96).

Neste sentido, denominar roda viva a análise que segue relaciona-se também com este processo de produção e reprodução de saberes e poderes colocados em exercício por práticas discursivas e não discursivas, como forma de controle das populações. A mídia

participa deste processo quando, em seus discursos, oferece uma gama bastante restrita de significados, buscando exercer um efeito de homogeneização sobre o telespectador/ouvinte e o leitor. “Esses discursos estimulam a construção, por parte do sujeito, de representações sobre o mundo e sobre ele próprio orientadas por esse viés” (Souza, 2003, p. 84). Por isso, não raras vezes, as discussões no grupo reproduziram falas que geram exclusão social; muitas vezes, os participantes posicionavam-se atualizando dicotomias recorrentemente veiculadas, como o contraponto bom x mau, bandido x cidadão, entre outras; problematizá-las durante as rodas de conversa, assim como na análise que segue, tendo como norte a rede conceitual desenvolvida por Michel Foucault, entre outros pensadores, coaduna-se com o objetivo político desta pesquisa.

Iniciamos indicando que a pesquisa apontou que a audiência de programas televisivos e de rádio foi indicada como escolha de entretenimento e de informação, considerando a proporção de tempo, a importância e o sentido que a mídia possui para os participantes. Observamos que, em situação de prisão, o tempo utilizado para ver televisão e ouvir rádio foi quase que integral, ocupando a maior parte do dia, devido à reclusão e à falta de alternativas de ocupação. Contudo, o hábito de assistir a alguns programas e acompanhar outros se manteve em horários mais específicos na fase pós-prisão. Como a indicação para a audiência está relacionada, também, com entretenimento – acessível – a adesão se torna algo secundário, ficando para outra análise a questão do tempo despendido pelos participantes para manter a audiência.

A análise dos posicionamentos e discussões que será apresentada nos próximos tópicos procura levantar problematizações de sorte a poder abrir brechas para a criação de linhas de fuga para a constituição de sujeito impactado pela vivência de prisão, bem como desestabilizar a reprodução de conceitos de criminalidade difundida em larga escala pelos discursos midiáticos. Enfim, para além do

conhecimento que esta pesquisa possa trazer, enfatizamos a importância do seu formato, um processo que buscou propiciar espaços que possibilitassem a construção de narrativas e sua escuta, em movimento de atualização de diferentes modos de viver.

Discriminação, preconceito e criminalização da pobreza

As questões abordadas neste tópico remetem a discussões acontecidas durante as rodas de conversa, especialmente, pautadas no segundo e sexto encontros pelo teor dos assuntos disparados por temas de novelas e noticiários policiais, que tratam de questões de classe e criminalidade. Observou-se que houve identificação pela via da condição social e do recorte de classe quando as cenas abordavam com diferença e até discriminação pessoas de diferentes classes sociais.

Ao mesmo tempo, evidenciaram-se dicotomias na concepção de mundo entre os participantes, como pobre-rico, polícia-bandido, trabalhador-desempregado. As discussões em torno disso reproduziram discursos que indicam a criminalização da pobreza e a segregação social como divisores da população. Pois, quando os conteúdos midiáticos referiam à denominação de bandido sobre pessoas que vivem muito próximas às suas realidades, os participantes falavam como percebem a divisão de classes. Sobre a cena da novela:

Não viu o cara na moto, lá? E o cara com uma maleta cheia do dinheiro? O cara rico, ele tinha uma maleta cheia de dinheiro pra comprar os serviços deles, pra comprar os serviços dos bandidos. Isso quer dizer que o rico compra o pobre. Pra mim, os ricos alimentam a bandidagem.

No processo de inserção social, depois de conquistarem a liberdade, manifestaram muitas dificuldades para conseguir emprego, onde novamente aparece o recorte de classes:

noventa por cento das pessoas que têm dinheiro pode pensar assim, mas as pessoas que estão na favela dão mais chances, o pobre se arrisca mais a dar chance uns para os outros na comunidade e para quem esteve na prisão.

Relataram sofrer preconceito pelo estigma de ex-presidiário, e não raras vezes foram apontados como perigosos, conforme manifestação a seguir:

ôh, como qualquer grande negócio, pra senhora fazer uma boa política e fazer um bom negócio a senhora vai levar anos, pra fazer uma má propaganda basta apenas errar uma vez. O meu patrão me demitiu porque meus colegas que não são egresso vão se sentir desconfortável de ter de dividir o seu local de trabalho com um ex-apanado.

A divisão de classe apresentou-se como polaridade ao mostrar cenas de favela: “*nós aqui somos pobres, mas nós podemos ir aonde nós quisermos, eles são ricos e não podem ir onde nós vamos*”; esta fala reforça a noção de pertencimento a uma ou outra classe e comunidade, com funcionamentos diferentes e, em alguns casos, com posição conflitiva. São modos de existir que se constituíram no processo de produção de identidades associadas a realidades divergentes. Dentre essas, há “realidades mais prazerosas e amenas ou realidades mais violentas e agressivas” (Coimbra, 2001, p. 41) sobre as quais a mídia tem tido papel relevante na produção. Mesmo sob protestos de movimentos sociais, dentre outras forças políticas, a diferenciação de classe, de território, de pessoas e de saberes marca a ideia de que se trata de universos diferentes e possivelmente de tratamento diferente conforme afirmam: “*na situação do país, os políticos roubam mais e não são presos, roubam mais do que nós e não são presos*”. Esta dicotomia apareceu na noção sobre o eles versus nós como forma de existir para a sociedade, ser bandido é ser alguém.

Por outro lado, esta dicotomia respalda ações sociais e práticas discursivas de como eles, os bandidos, a pobreza, devem ser tratados e normalizados.

De forma semelhante a este modo de fragmentação do tecido social, a hierarquização das condutas criminosas demonstrou o preconceito existente entre os participantes. Em suas falas transparecem o juízo de pessoas que cometeram crime culturalmente considerado inaceitável e a admiração pelo criminoso temido pelo assalto a banco, categorização esta reproduzida no ambiente prisional. O ânimo aversivo a crimes sexuais existente na sociedade foi reproduzido com a mesma intensidade entre aqueles que comumente são julgados pela sua condição de prisioneiro ou egresso do sistema penitenciário: “*esse tipo de crime tem que sumir, essas pessoas têm que ser mortas*”. A austeridade observada nas conversas, neste caso, não teve relação direta com alguma mídia específica ou conteúdo que, por ventura, estivesse sendo propulsor do debate. Mas, ao serem questionado sobre, por exemplo, audiência de novelas pós-prisão, ouviu-se o seguinte: “*Não, porque assim, onde eu moro, eu tenho que ficar cuidando pros bandidos não entrar*”. Desta forma, pode-se dizer que esta austeridade está presente nos enunciados do campo discursivo sobre a criminalidade de maneira geral, que coloca os próprios sujeitos, alvo não só dessa, mas de outras discriminações, a reproduzirem tais discursos. Supõe-se que ao falar do crime alheio ocorra uma diferenciação importante que os define nesta hierarquia. Neste sentido, é possível dizer que, desde os aspectos da prisão com suas regras e mazelas, passando pelo histórico pessoal e social dos participantes, somado ao consumo de conteúdos/produtos midiáticos, possivelmente, alcança-se um processo de subjetivação capaz de reproduzir nos participantes os mesmos efeitos que os colocam em situação de vulnerabilidade.

Na mesma linha, o discurso que culpabiliza/responsabiliza o indivíduo, é reconhecido nos bordões ditos entre os participantes: “*a cadeia não educa ninguém*,

salvo os que querem” ou “é preciso separar o joio do trigo” que se mostram mais frequentes nas falas do que a crítica na percepção da segregação social. Mesmo que haja preferência por audiências de novelas que narram a realidade da prisão e da comunidade pobre, o que indica um processo de identificação ou de reconhecimento que os familiariza com a situação, frequentemente, observa-se teor de julgamento reproduzido automaticamente.

Considerando que seja, também, um processo de identificação, o campo discursivo midiático utiliza elementos da própria cultura para reafirmar certos valores e para reforçar determinadas condutas. Conforme Rodrigues e Ziero (2014), “enquanto componente do próprio processo cultural, a mídia não apenas cria, mas reafirma valores e crenças da sociedade” (p. 570). Mesmo que não sejam representações acabadas, mas possibilidades de significação, há um ponto de interação entre aqueles que produzem o que é veiculado e aqueles que o colocam em circulação através de práticas discursivas (Fischer, 2002). Entende-se com isso que o processo de criminalização da pobreza e de preconceito com a população marginalizada apresenta-se como formação discursiva ligada a um regime de verdade.

Isso, de certa forma, traz entendimento de como os discursos de criminalização e de exclusão social são reproduzidos por pessoas que vivem esta condição, pois este campo de força é mais intenso do que a própria identidade ou identificação com o outro, até porque a identificação não ocorre de maneira objetiva e pela semelhança ao que é veiculado. Aquilo que é apresentado em notícias, jornais e programas televisivos é uma face da situação e da configuração que se quer dar, da característica que se pretende atribuir à determinada identidade. Ou seja, o recorte e a veiculação de práticas discursivas e não discursivas midiáticas possuem características intencionais sobre o campo de saber-poder a que estão vinculadas, formando representações do conteúdo que refere.

Nesta configuração de significados e reproduções discursivas, retomamos aqui a análise de Foucault (1988) sobre o desenho de René Magritte – *Isto não é um cachimbo*. Uma das principais afirmações acerca do desenho é sobre a simplicidade para que o objeto seja reconhecido. Conforme o autor, trata-se de “um velho hábito que não é desprovido de fundamento: pois toda função de um desenho tão esquemático... é a de se fazer reconhecer, de deixar aparecer sem equívoco nem hesitação aquilo que ele representa” (Foucault, 1988, p. 6). Extrapolando o âmbito do figurativo, tal análise pode nos remeter aos discursos midiáticos veiculados no dia a dia que apresentam apenas recortes – como se fossem traços simples, esquemáticos – de situações complexas as quais mereceriam aprofundamento para permitir entender o todo de uma ação criminosa. Neste sentido, esboçam-se representações – resultado da objetividade da informação – facilmente reconhecíveis e propagáveis.

Acerca deste entendimento, observamos que as discussões no grupo trouxeram expressões de descontextualização, simplificação e repressão: “*isso aí que eles falam é verdade, esse negócio de menor de 16 matando*” e “*se tem coragem de matar, depois não pode ser preso?*” A reprodução de discursos, independentemente da identificação social que possuem, é um fenômeno que atinge também aqueles que sofrem a ação repressiva e excludente pelo estigma que carregam, classe social, raça. Nas discussões, inclusive, houve reprodução do que se enuncia sobre a necessidade de uma política penal mais rigorosa e de segurança repressora como a solução para o problema da criminalidade e da violência no país. Sobre a segurança em um parque da cidade foi comentado no sexto encontro: “*A segurança já teria que ser um direito da população em relação aos impostos que é pago no dia a dia, no fim de semana precisa de um maior efetivo, é simples*”.

Apesar de não ter figurado na fala dos participantes, cabe apontar que há toda uma afirmação da identidade criminosa que se faz com a ajuda de saberes que apontam,

inclusive, para anomalias biogenéticas e psicopatologias atreladas ao sujeito e associadas à propensão à criminalidade. Explicações em torno da individualidade dos impulsos e da falta de controle estão na discursividade mais usual para dizer que o problema é o indivíduo, enunciado que se atualizou nas rodas de conversa, como buscamos mostrar nesta escrita.

Certamente, neste campo de saberes-poderes, constituem-se verdades que buscam ser hegemônicas sobre as quais se estruturam instituições e paradigmas sociais. A mídia por sua vez não deixa de ser esse meio potente, em intensidade e extensão, por onde circulam os elementos que expressam certas vontades sociais, os direcionamentos políticos e a abrangência que determinados modos, notadamente, os modos capitalísticos e hegemônicos, assumem no espaço social.

A importância do debate nas rodas de conversa se destaca pelas reflexões que o espaço proporcionou, sobretudo, acerca da reprodução de falas que indicam repressão. Por exemplo, quando diziam que “*é necessário mais polícia, mais cadeia*”, as ponderações e as trocas de experiências conseguiam fazer reconhecer que estavam reproduzindo uma ideia diferente da vivência que tiveram na prisão, pois para eles “*a cadeia não ajuda, só piora a situação da pessoa*”. Assim, este espaço de conversa se mostrou uma experiência potente, pois colocou em questão situações que são incorporadas pelos sujeitos como se fossem uma percepção individual, originada por algo intrínseco e, no entanto, são reproduções de um determinado campo discursivo, difundido também na mídia.

Trabalho, cidadania e qualidade de vida

Este tópico reúne os principais pontos da discussão sobre trabalho e cidadania, no modo como os participantes da pesquisa manifestaram e se apropriaram desses temas, indicando a necessidade de obter aprovação social e usufruir do direito a participar do coletivo e da vida em sociedade. Esta análise

se baseou principalmente no terceiro, quinto e sétimo encontro quando foram mais abrangentes as conversas sobre tentativas de inclusão social através do trabalho, da escolarização e da busca de diferentes modos de se conduzir.

Houve manifestações de dificuldades para acessar espaços educacionais e culturais, mas apesar disso, a conversa se concentrou em torno da questão do trabalho que se destacou durante as rodas de conversa, trazendo o sentido de construir algo para si por meio de uma ocupação sem riscos. A ideia de trabalho como redenção foi longamente discutida durante os encontros, por vezes iniciada pela narrativa de preparação do currículo e busca por trabalho e apresentou como desafio a própria realidade descrita pelos participantes, pois “*o difícil é conseguir trabalho de carteira, mesmo assim, posso ajeitar alguma coisa, fazer um servicinho ali outro aqui*”. A maneira como este tema os angustia, pela falta de perspectiva de algo mais estável ou duradouro, deixou evidente a necessidade de pensar a construção de um contexto mais favorável e acolhedor para quem busca espaço no mercado de trabalho.

A expressão trabalho também possui conotação de virtude entre os participantes, sobretudo, quando em relação ao fato de terem passado pelo sistema prisional: “*só não trabalha quem não quer, tem gente que nem tem carteira assinada, pega um monte de trabalho nas casas, eu conheço gente que faz só serviço de pintura, elétrica*”. Virtude considerada pertencente a pessoas de bem ou que assim buscam ser consideradas, merecedoras de confiança e de liberdade. É possível observar este posicionamento na discussão do grupo: “*depois dali, sempre fui trabalhador, tenho vínculo com o Big, to fazendo o curso de pintura predial aqui na FAESP e to tentando ficar sempre trabalhando*”. Colocar o trabalho como alternativa para a condição em que vivem (ou viveram) não deixa de ser a reprodução da máxima que afirma o valor social de ter uma ocupação produtiva e uma identidade ligada ao trabalho e à profissão.

Conforme afirmam Rohm e Lopes (2015), “o trabalho expressa-se como incessante fonte de construção de subjetividade, produzindo significado da existência e do sentido de vida” (p. 334) e, com isso, acaba se tornando espécie de medida do valor que o sujeito tem para a sociedade, inclusive passando a existir a partir do que produz. No caso das pessoas que passaram por vivência de prisão, o trabalho parece ser o caminho da existência deste sujeito desvinculada à existência do criminoso, ocupando, assim, “um espaço no desejo do indivíduo” (Rohm & Lopes, 2015, p.334).

Dessa maneira, exploramos nos encontros do grupo a ideia de que “trabalhar significa aprender a fazer e saber fazer alguma coisa que transforma a realidade e a própria pessoa que trabalha” (Rohm & Lopes, 2015, p. 336), o que difere da ideia inicial de inserção no mercado de trabalho, de um emprego, em tese, possível a todos: “*hoje em dia, só não trabalha quem não quer*”. Além de ter um peso moral, essa expressão está nas correias discursivas a serviço de uma lógica de produtividade, valorizada na sociedade capitalista.

Neste contexto, buscamos refletir sobre o modo como o trabalho figura na vida destes sujeitos, enquanto no sistema prisional e após uma vez que trabalhar é uma exigência aos presos como condição de liberdade “antecipada” (na forma de progressão de pena). Mas, não é um trabalhar como produção de vínculo e de sentido, capaz de trazer percepção de dignidade. Pelo contrário, geralmente são atividades insalubres executadas no interior da prisão para a manutenção predial, de esgotos e de limpeza, ou atividades ocupacionais que não necessariamente irão colaborar com a inserção profissional no retorno à liberdade: “*tava preso na PASC e trabalhava na faxina*”. Estas informações sobre a atividade laboral realizada no interior das prisões foram relatadas pelos participantes e corroboradas pelo conhecimento da primeira autora, que trabalha no sistema penitenciário.

A análise da questão do trabalho após o cumprimento da pena considerou as conversas do grupo, as reflexões dos participantes da pesquisa que suscitaram críticas sobre esta realidade, entendida como exploração de mão de obra barata e subempregos, associadas também à discriminação racial na inserção do mercado de trabalho. “*Se cada preso tivesse a chance de trabalhar quando saísse da cadeia, a cadeia estaria vazia, o problema é que não dão oportunidades pra gente*”. As críticas foram expressas através de narrativas sobre a dificuldade para conseguir trabalho após a prisão e que atenda às necessidades básicas de sustento e moradia. Referiam sobre a exploração da mão de obra: “*serviço bom que vale a pena é difícil de conseguir, mais é serviço pequeno, na vila mesmo*”.

Percebeu-se que independentemente da condição de capacitação profissional ou de escolaridade, o que fica mais evidente como desafio para conseguir uma vaga de trabalho é a passagem pela prisão, conforme o conteúdo recuperado das conversas: “*Quer ver onde a senhora vai achar egresso do sistema penitenciário que não encontram portas fechadas? Tu vai encontrar eles só na Cootravipa [Cooperativa de Trabalhadores Autônomos das Vilas de Porto Alegre] ou na construção civil, é só lá*”. Esta crítica reflete a afirmação de Julião (2011): “os egressos penitenciários dificilmente serão inseridos no mercado formal de trabalho, em face das altas taxas de desemprego do País e principalmente do estigma que os acompanhará pelo resto de suas vidas” (p. 148).

Cabe abordar também uma faceta importante desta questão trazida por Michel Foucault (1987) ao comentar acerca do trabalho atribuído aos apenados nas prisões: “é definido, junto com o isolamento, como um agente da transformação carcerária” (p. 202); assim, forja-se o entendimento de que a ociosidade é algo inaceitável. O autor afirma que, quanto a essa prática, que remonta ao final do século XVIII e início do século XIX, existiram algumas polêmicas, porque o trabalho penal na França era remunerado e,

por isso, fora acusado de provocar desemprego aos demais cidadãos.

Na metade do século XIX, época de crise econômica na Europa, oficinas de trabalho na prisão foram organizadas por fabricantes franceses que obtiveram como resposta a esse projeto a greve dos operários, que declararam desonra ao seu trabalho por estar sendo desempenhado por prisioneiros. Os operários entendiam que o objetivo de empregar os apenados era baixar salários, tirar postos de trabalho, favorecer os detentos e protegê-los. Inclusive, na época, houve “uma campanha de imprensa nos jornais operários sobre o tema de que o governo favorece o trabalho penal para baixar os salários ‘livres’” e provoca “concorrência com quem ainda têm serviço” (Foucault, 1987, p. 202). O governo respondeu que a extensão do trabalho penal era comedida e não tinha “incidência geral sobre a economia” (Foucault, 1987, p. 203), e ainda que “o trabalho penal deve ser concebido como sendo por si mesmo uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade” (Foucault, 1987, p. 203).

Neste sentido, no contexto prisional, o trabalho possui uma dimensão útil de transformar hábitos e valores, através de ações que produzem subjetividade. Conforme apontado, “o salário do trabalho penal não retribui uma produção; funciona como motor e marca transformações individuais; não representa a ‘livre’ cessão de uma força de trabalho, mas um artifício que se supõe eficaz nas técnicas de correção” (Foucault, 1987, p. 204). Portanto, para Foucault (1987), a utilidade do trabalho penal não está na obtenção de lucro ou na formação de uma habilidade, mas na constituição “de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema da submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção” (p. 204).

A análise foucaultiana segue se mostrando pertinente e se atualiza nas manifestações nas rodas de conversa: “É o

único órgão que dá oportunidade pra egresso, então se o cara é egresso ou não, faz a lição de rua, corre atrás do caminhão do lixo, tão pagando mais ou menos”; nos discursos midiáticos que falam e fazem falar sobre o crime e o criminoso adjetivado pelo avesso do trabalho ou por furtar de quem trabalha, e na lei. Quando se refere à população encarcerada, observa-se que o trabalho possui papel inerente ao objetivo da punição, de ser penoso e reformador. A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que instituiu a Lei de Execução Penal – LEP (Brasil, 1984), traz as garantias relativas às assistências e também designa, ao condenado, o trabalho como dever social e condição de dignidade humana, tendo finalidade educativa e produtiva.

É possível dizer que o trabalho da pessoa privada de liberdade é tomado como (uma parte integrante da) penalidade na letra da LEP: o artigo 28 § 2º diz que o trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho; o artigo 29 §1º refere que o produto da remuneração pelo trabalho deverá atender: a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios; e o artigo 31 vaticina que o condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidades. Desse modo, o trabalho é uma imposição como forma retributiva do crime e de reparação ao ato cometido, não necessariamente uma forma de inserção social – algo, contudo, que é propalado socialmente e apontado pelos participantes nas rodas de conversa: “o egresso não é só pra varrer rua, tem tanta habilidade, tem gente formada, não tem só miserável, tem gente com nível superior”. Esta fala remete que o trabalho prisional ou reservado ao preso e egresso é muito menos para possibilitar condição de dignidade humana, no sentido que o trabalho produz na vida dos sujeitos, mas para classificar e marcar. Discurso também reproduzido pelo participante quando também faz a diferenciação que sugere qualquer trabalho para o miserável.

Ainda sobre a LEP, essa condição legalmente estabelecida certamente possui efeitos sociais nos desdobramentos do ambiente livre e denota toda essa dificuldade na inserção de quem possui histórico de aprisionamento. Entendemos que os efeitos que a própria lei traz devem ser pensados com a complexidade que o assunto exige, considerando os possíveis resultados em médio e longo prazo para a sociedade brasileira que aprisiona largamente.

Percebemos esforços por parte dos participantes que se inserem nesta realidade, porém são esforços individuais por parte daqueles que, muitas vezes, para sobreviver distante de práticas delitivas, cedem ao estigma social e revelam situações de submissão: *“Eu, quando saí da cadeia, tava lá na frente do mercado cuidando carro”*. E observa-se resignação quando consentem que a cooperativa de coleta de lixo *“é o único órgão assim de empresa que dá oportunidade pra egresso”*.

Aspectos históricos, sociais e midiáticos estão envolvidos nessa situação de desvantagem mantida ou pelo menos projetada por discursos excludentes à população com experiência de privação de liberdade. Coimbra (2001) afirma que se trata de um *“permanente processo de modelização”* (p.30) em que os meios de comunicação participam quando indicam os modelos a serem adotados ou rechaçados no modo de viver, construídos de forma ininterrupta para legitimar ideias sobre temas como a criminalidade e a justiça. Apesar deste processo condutor de condutas, é possível identificar em alguns momentos que os participantes buscam diferentes caminhos: *“como eu lhe falei, de tudo o que eu fiz (tráfico) não ganhei nada, não quero mais voltar pra cadeia, só quero ajeitar minha casinha, num canto aí, onde eu posso viver tranquilo”*.

Por outro lado, também, parece módico afirmar que *“o problema é que não dão oportunidade pra gente”*. Esta condição de exclusão social, apesar de real e carregada de preconceitos que circulam diariamente em

discursos e retóricas, pode por vezes levar a comportamentos interdependentes de políticas assistencialistas, parecendo fazer parte deste campo de controle sobre a população. Considerando estas observações, parece-nos ser parte do controle e do discurso dominante a manutenção da própria miserabilidade como forma de opressão.

Nesta linha, entendemos que o elemento dicotômico observado nas falas dos participantes – nós e a sociedade – durante todos os encontros, demonstra como as práticas discursivas tendem a reforçar a divisão de classes, e obtêm êxito quando as ações de exclusão se estendem para além dos muros da prisão. Quem já não ouviu dizer *“ah, isso é uma desculpa para cometer mais crimes”* alerta o participante do grupo sobre *“quando a sociedade fecha a porta”*. Quando o apenado se torna egresso do sistema penitenciário, a prática punitiva se mantém junto com o sentimento de repúdio e de inutilidade que se reproduz sobre essa população.

Embora o contexto seja um tanto desolador, nosso objetivo aqui também é entender por que vias é possível proceder rupturas e trilhar diferentes caminhos. Entendemos ser necessário ressignificar paradigmas e quem sabe transmitir mais experiências, resgatando as narrativas tão importantes na constituição de si, deste *“sujeito de efeito provisório”* (Mansano, 2009, p. 111), que está em constante devir na interação com diferentes meios de produção de subjetividade.

Além disso, é necessário considerar que o sujeito *“ao mesmo tempo em que acolhe os componentes de subjetivação em circulação, também os emite, fazendo dessas trocas uma construção coletiva viva”* (Mansano, 2009, p.111) e, portanto, também responsável por suas escolhas.

Em outras palavras, as ações políticas no contemporâneo requerem trocas que envolvam sujeitos e meios duplamente comprometidos em viabilizar transformações,

mediante a utilização da capacidade crítica de enfrentamento ao empobrecimento subjetivo, tanto relativo aos discursos midiáticos quanto relativos às prisões e ao sistema de justiça.

Narrativas de si como práticas de liberdade

Esta seção se ocupa em discutir aspectos que envolvem a ética do cuidado de si e práticas de liberdade como parte do processo transformador de modos de existência. Com breve problematização da relação dos discursos midiáticos e a produção de subjetividade, objeto desta pesquisa, finaliza-se este trabalho, discutindo o exercício de práticas de liberdade através de espaços de reflexão e de narração de si, funcionando como resistência aos processos de exclusão social.

Para isso, acreditamos na produção e compartilhamento de narrativas como modo de ressignificar a si e de transformar experiências, operando como contraponto ao que se veicula sobre a criminalidade, considerando que a atuação da mídia consiste na articulação de elementos discursivos que reproduzem o que se chama de identidade criminosa (Dias, Veiga Dias, & Mendonça, 2013).

Entendemos que ao veicular conteúdos com recortes específicos e criando identidades, a mídia torna-se um dispositivo importante na “arte de governar³”. Todavia, cabe ponderar que as “emissoras de rádio e televisão, jornais e outras mídias em geral não inventam os dramas sociais que veiculam, mas evidentemente os reproduzem dentro de um recorte social bastante específico” (Rodrigues & Ziero, 2014, p. 572). Neste sentido, pode-se dizer que a mídia apresenta discursividades que promovem a ideia da existência de uma natureza criminosa, dificultando que potencialidades se manifestem de diferentes maneiras na relação dos sujeitos consigo e

com o mundo, principalmente dos sujeitos que tiveram vivência de prisão.

Essas são algumas questões que motivam a pensar caminhos para problematizar a abordagem midiática sobre a criminalidade junto às pessoas privadas de liberdade ou egressos, inclusive em espaços de discussão com a sociedade mais ampla, de forma que os próprios sujeitos possam criar alternativas para escapar do enquadramento que recebem cotidianamente da criminologia midiática.

Para isso, tomamos como parâmetro de discussão as configurações acerca da criminalidade, como mencionado anteriormente, destacadas no chamado “retrato da prisão” e que dão visibilidade às características de quem pratica algum delito. Esse dispositivo criminológico opera no apontamento de modos de identificação de quem é o criminoso, baseado em preceito retributivo preconizado no discurso hegemônico que a mídia veicula. Benjamin (1994) sugere que os fatos já chegam explicados ao serem noticiados, isso remete a algo forjado. Para ele:

Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações (Benjamin, 1994, p.203).

Portanto, imaginamos que a liberdade necessária para a ética possa estar nas construções de diferentes narrativas de si, provenientes de experiências repetidas e partilhadas com pessoas dispostas a ouvi-las em um processo de reflexão que envolve a existência de si e do outro, compartilhada no coletivo.

³ A arte de governar apresenta-se como um conjunto de habilidades e compreensões acerca das demandas sobre a sociedade e suas reivindicações (Sousa Filho, 2007).

É importante salientar que a palavra narrativa aqui é diferente do conceito trivial tido como modo de narrar uma história ou conto. Para Walter Benjamin (1994), a narrativa possui um significado que extrapola tal concepção, trata-se de uma “faculdade de intercambiar experiências” (p. 198), que carrega características históricas e sociais e que “tem sempre uma dimensão utilitária” (p. 200), sendo que esta expressão também excede o mero “instrumental”, pois trata-se de algo como norma de vida, sugestão ou conselho prático, etc.

O ato de contar a alguém a sua história é uma maneira de compartilhar a experiência e possibilitar novos arranjos, como foi possível observar no grupo: “*antes eu pensava assim, me preocupava em ter pra ser, hoje eu só quero ser, é bem isso que eu estou tentando fazer, me reinventar, porque ser é tão fácil, é tão mais simples*”.

Conforme Benjamin (1994), “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (p. 201). Com isso, podemos pensar a narrativa como modo de subjetivação potente que utiliza a experiência para dar sentido às nossas histórias, sobretudo, “dar sentido ao que somos e nos acontece” (Bondía, 2002, p. 21). No caso das rodas de conversa, buscou-se realizar estas trocas entre os participantes, incluindo a pesquisadora que as coordenou, e dar a oportunidade de diferentes sentidos ao que era relatado.

Desta maneira, o resgate da narrativa e, conseqüentemente, da experiência como movimento de resistência é, no caso dos egressos do sistema penitenciário, pautado pela luta de existir além dos moldes da criminalidade. Trata-se de resistir e de se constituir em diferentes modos de viver, “na ética do cuidado de si mesmo como prática de liberdade” (Souza Filho, 2007, p. 2). E para as outras pessoas que participam destes espaços, a chance de ressignificar o olhar sobre os egressos e o modo de lidar com a questão da

segurança. Como pesquisadoras, entendemos que compartilhar a vida no coletivo, na comunidade, pode abrir espaços de liberdade e ser transformador.

Sobre a prática de liberdade, consideramos o conhecimento que traz as palavras de Bondía (2002), ao expressar a potência que possui a troca de experiências:

Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco. As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras... E, portanto, também tem a ver com as palavras o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos. E o modo como agimos em relação a tudo isso (p. 21).

Neste sentido, Agamben (2011) afirma que a linguagem possui uma dimensão ético-política que está para além de sua condição de instrumento de sinais; ao falar, o ser humano “deve pôr-se em jogo na sua palavra” (p. 82). Tendo a linguagem essa dimensão e sendo a palavra um instrumento que designa nossas atitudes e nosso modo de pensar, entendemos que olhar com atenção para o que dizemos e para as construções sociais e históricas, é uma atitude que pode gerar efeitos transformadores tanto no percurso de quem fala, quanto na esfera social.

Em sintonia com Larrosa (2011), podemos dizer que a experiência pressupõe a passagem por algo que independe da pessoa, porque é algo exterior, e não criado ou projetado por alguém, assim como também não é resultado da vontade, do saber ou poder, mas algo que acontece e pelo qual se passa. Esse seria um componente importante que o autor traz da perspectiva benjaminiana sobre a experiência, definida como princípio de

exterioridade. É um princípio no qual o acontecimento não pode ser interiorizado, reduzido ou fixado (Pires, 2014), portanto, deve se manter como exterioridade, “movendo-se em uma constelação de ideias” (p. 815).

E para finalizar, não podíamos deixar de mencionar o significado de realidade para Walter Benjamin que, na leitura de Pires (2014), diz se tratar de algo descontínuo que não se explica por eixos disciplinares. A descontinuidade ocorre pela experiência e pelas misturas urbanas que colocam em questão as verdades e os modos que sistematizam o conhecimento em disciplinas. Entendemos que a descontinuidade é inexata e coloca em questão os modos que promovem a “precarização da experiência subjetiva” (Silva, 2008, p. 39). Esta precarização que acaba por reduzir à esfera individual aquilo que se produz também no social.

Por isso, a potência da narrativa está em olhar para a experiência na “perspectiva que amplia as possibilidades da razão, movendo-se e refazendo-se nas dobras da linguagem” (Pires, 2014, p. 817), afetando cada sujeito e seu conhecimento como um campo aberto, não linear, e no constante reinventar-se (Larrosa, 2011; Pires, 2014).

Considerações finais

O artigo discutiu os efeitos subjetivos produzidos pelo discurso midiático acerca da criminalidade e de como isso impacta no modo de viver de pessoas com experiência de prisão. A análise buscou demonstrar como a relação saber-poder circula nos discursos da mídia, funcionando como um processo permanente de modelização da vida, que indica os modelos a serem adotados ou rechaçados no modo de existência, difundindo verdades hegemônicas, significativas na produção de subjetividade.

A pesquisa que foi realizada com um grupo de seis homens com trajetórias penais, utilizou a metodologia da roda de conversa (Melo & Cruz, 2014) como ferramenta para

entender este processo de subjetivação. A experiência propôs diálogos e reflexões em torno dos meios e dos conteúdos midiáticos acessados pelos participantes, e permitiu a estes se expressarem e a criarem diferentes percepções sobre o que era discutido no grupo. A intenção da roda de conversa neste processo de interação e de compartilhamento de narrativas é de possibilitar a criação de modos de viver diversos àqueles excludentes.

Neste estudo, ainda, buscamos entender alguns aspectos que compõem a mídia como espaço político e produtor de opinião e de subjetividade. Conforme Silva e Falconi (2012), a excessiva midiatização do crime é responsável pelo aumento da sensação de insegurança que acomete a população, ampliando a crença de impunidade no país apesar da realidade de hiperencarceramento. Certamente, falar da midiatização do crime refere-se à forma de comunicar e de informar da mídia, realizadas por meio de recortes e produzindo significados (Fischer, 2012). O que, em linhas gerais, quer dizer que a midiatização da criminalidade carrega elementos discursivos que relacionam o crime a identidades perigosas. Com isso, em uma discursividade hegemônica, tende-se a criminalizar a pobreza e a naturalizar a maneira como falamos de pessoas de determinada esfera social. Esta conceituação do que é crime e de quem é o criminoso é produzida pelo viés da discriminação e do controle das populações (Borelli, 2008).

A mídia, então, participa deste processo quando oferece uma gama bastante restrita de significados, buscando exercer um efeito de homogeneização. Já a maneira como os egressos do sistema prisional resistem ou reproduzem valores, pré-conceitos e como se conduzem diante do que é dito sobre a criminalidade demonstrou estar atrelada a condições diversas que também incluem aspectos pessoais, como a capacidade crítica e de entendimento sobre determinada informação; aspectos afetivos e familiares que possibilitam vínculo e apoio para reorganizar a vida, o que afeta na absorção de valores sociais mais facilmente; e aspectos da própria

experiência de vida das pessoas que influenciam inclusive na escolha do que consomem como produto midiático. Neste sentido, o grupo da pesquisa era bastante heterogêneo apesar de terem vivenciado situações parecidas na prisão. Pôde-se observar nas discussões, em muitos momentos, que reproduziam elementos de exclusão social como, por exemplo, ao criticar as cotas raciais, mesmo estando inseridos na classificação de raça, beneficiada com esta política. Também se posicionavam atualizando dicotomias sobre recorte de classe, sobre bem e mal, trabalhador e bandido, chegando-se a discutir a intensificação da repressão policial após ver uma reportagem que adjetivou um sujeito em uma tentativa de assalto: “precisa de muita polícia e até o exército deveria estar na rua”. É possível perceber que de certo modo os participantes se apropriam e reproduzem conteúdos veiculados na mídia, mesmo que esta conduta reforce os preceitos de exclusão social que os tornam socialmente vulneráveis.

Por outro lado, os debates no grupo permitiram aos participantes refletirem sobre esta reprodução, com outras palavras evidentemente, observando que “a mídia funciona organizando diversos e diferentes fluxos de acontecimentos” (Coimbra, 2001, p.30). Este processo permitiu aos participantes discorrem criticamente sobre as dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho, ou até mesmo de ter acesso à saúde e à moradia, problematizando o quanto aquilo que é dito sobre a população encarcerada nos meios de comunicação, reforça o preconceito e a discriminação na mesma medida que aumenta a exigência de ser um cidadão ressocializado. Sobre esta questão, os participantes apresentaram crítica à exploração de mão de obra e a subempregos reservados a eles, chegando a ser cogitado pelo grupo uma política para egressos do sistema prisional, através de incentivo fiscal com abertura de frentes de trabalho. De todo modo, entendem que o trabalho é um meio para garantir o próprio sustento e, também, é visto como reconhecimento ou como constituição de

sujeito desvinculado da questão criminal. E apesar da realidade desfavorável que se vive, o significado de ter um trabalho atinge os anseios dos participantes nesta relação entre autonomia e cidadania.

Quanto aos aspectos midiáticos que fecham as possibilidades de interpretação e de construção de diferentes significados sobre o que se veicula, entende-se como resistência possível às hegemonias que circulam em determinados discursos, a abertura de espaços que viabilizem vislumbrar um caminho para outras perspectivas e ressignificações nos modos de se conduzir.

Entendemos que para criar vias transformadoras é necessário pensar linhas de fuga sobre o modo de subjetivação apresentado pelo contexto midiático-penal, de forma que se permita fluir diferentes devires dos sujeitos em questão e da sociedade. Neste sentido, é importante que os indivíduos e a sociedade definam para si mesmos, “formas aceitáveis de existência e de sociedade política” (Foucault, 2006, p. 266). A ética do cuidado de si como prática de liberdade é o exercício sobre si mesmo na busca de se transformar e se reinventar, atingindo determinado modo de ser. O cuidado de si é definir práticas que resistam a relações saber-poder que incidem em contextos e ações discriminatórias, opressoras, excludentes e criminalizantes. Este é um exercício para indivíduos e sociedade.

Os conceitos de Walter Benjamin sobre narrativa e experiência foram significativos para pensar o contraponto na produção de subjetividade que ocorre através dos discursos da mídia e suas ferramentas condutoras de condutas. Se a grande mídia produz informação sem a complexidade dos acontecimentos, as narrativas produzem experiências que são compartilhadas através dos sentidos que possuem para os sujeitos.

Há, sem dúvida, a necessidade de desconstruir conceitos reducionistas e romper estereótipos acerca da população privada de liberdade. No caso dos egressos do sistema

penitenciário é também um movimento pautado pela luta de existir além dos moldes constituídos pelo conceito de criminalidade.

Por fim, esperamos que o estudo possa indicar caminhos a quem se interessa pelo assunto ou trabalha com a população privada de liberdade para pensar o exercício de práticas que abram graus de liberdade diante

das amarras sociais difundidas também pela mídia dominante. Que estas práticas nos provoquem a olhar as potencialidades do sujeito desfocadas da identidade criminoso modelada pelas disciplinas de controle, permitindo que mais autonomia seja possível através do cuidado de si em contraponto ao processo de docilização das instituições totais.

Referências

- Agamben, G. (2011). *O sacramento da linguagem: arqueologia do juramento*. Belo Horizonte: UFMG.
- Barrocal, A. (2015, Março 02). Se cadeia resolvesse, o Brasil seria exemplar. *Carta Capital (Online)*. Recuperado de <http://www.cartacapital.com.br/revista/838/se-cadeia-resolvesse-4312.html>
- Benjamin, W. (1994). O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 197-221). São Paulo: Brasiliense.
- Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, (19), 20-28. doi: [10.1590/S1413-24782002000100003](https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003).
- Borelli, E. (2008). Neoliberalismo e ONGs na América Latina. *Revista Aurora*, 1(2), 12-17. Recuperado de <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1173/1047>.
- Bulla, B., & Fernandes, T. (2015, February 23). “A prisão é uma exceção à regra”, diz ministro do STJ. *Estadão (Online)*. Recuperado de <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,a-prisao-e-uma-excecao-a-regra-diz-ministro-do-stj,1638013>.
- Brasil. (1984). *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210compilado.htm.
- Coimbra, C. (2001) *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto.
- Coimbra, C. (2006). Direitos humanos e criminalização da pobreza. Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza. *Anais... A situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado de <https://pt.slideshare.net/RosaneGafa/direito-s-humanos-e-criminalizacao-da-pobreza-coimbra-ceclia>.
- Dias, F. F., Veiga Dias, F., & Mendonça, T. C. (2013). Criminologia midiática e a seletividade do sistema penal. *Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade*, 2, UFSM, Santa Maria, RS. Recuperado de <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2013/3-7.pdf>.
- Fischer, R. M. B. (2012). *Trabalhar com Foucault: Arqueologia de uma Paixão*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (20th ed.). Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1988). *Isto não é um cachimbo* (5th ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Foucault, M. (1994). *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Foucault, M. (2006). Verdade, Poder e Si Mesmo. In *Ditos & Escritos V* (pp. 294-300). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008). *A Arqueologia do Saber* (7th ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

- Guattari, F., & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Hennigen, I. (2008). A família que aparece na mídia: hegemonia de um modelo. *Psico*, 39(2), 166-174. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1493>.
- Julião, E. F. (2011). A ressocialização por meio do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro. *Em Aberto, Brasília*, 24(86), 141-155. Recuperado de <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2320>.
- Larrosa, J. (2011). Experiência e alteridade em educação. *Reflexão e Ação*, 19(2), 4-27. Recuperado de <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2444/1898>.
- Mansano, S. R. V. (2009). Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2), 110-117. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/103718733/MANSANO-2009-sujeito-subjetividade>.
- Megid, C. M. (2006). Telejornalismo e jornalismo impresso: leituras em contraste. Seminário Nacional o Professor e a Leitura do Jornal, 2. *Anais...* Campinas: Unicamp. Recuperado de <http://alb.org.br/arquivo-morto/anais-jornal/jornal3/pdfs/002a.pdf>.
- Melo, M. C. H., & Cruz, G. C. (2014). Roda de Conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no Ensino Médio. *Imagens da Educação*, 4(2), 31-39. Recuperado de <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/22222>.
- Moura, A. F.; & Lima, M. G. (2014). A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. *Revista Temas em Educação*, 23(1), 98-106. Recuperado de <http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/rte/article/viewFile/18338/11399>.
- Napoli, M. (2014). O Sistema Prisional e o Preconceito Social: uma Reflexão sobre o Encarceramento no País dos Presídios. *Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado* 1(1), 47-55. Recuperado de <http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/direitoconstitucional/article/download/153/227>.
- Nogueira, L. (2007). Cinema e Política: a representação do jornalismo e do marketing político no cinema brasileiro. *Significação: Revista de Cultura Audiovisual*, 34(27), 45-72. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/download/65644/68259>.
- Paulon, A., Nascimento, J. V., & Laruccia, M. M. (2014). Análise do Discurso: Fundamentos Teórico- Metodológicos. *Diálogos Interdisciplinares*, 3(1), 25-45. Recuperado de <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/42>.
- Pires, E. G. (2014). Experiência e linguagem em Walter Benjamin. *Educação e Pesquisa*, 40(3), 813-828. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/268012781/Experiencia-e-Linguagem-Em-Walter-Benjamin-De-Eloisa-Gurgel-Pires>.
- Rauter, C. (2003). *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- Rodrigues, C., & Ziero, G. W. (2014). Mídia, subjetividades sociais e direitos humanos: o Presídio Central de Porto Alegre. *Revista Famecos*, 21(2), 563-594. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/15816>.
- Rohm, R. H. D., & Lopes, N. F. (2015). O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. *Cadernos EBAPE.BR*, 13(2), 332-345. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v13n2/1679-3951-cebape-13-02-00332.pdf>.
- Sampaio, J., Santos, G. C., Agostini, M., & Salvador, A. D. S. (2014). Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. *Interface- Comunicação, Saúde, Educação*, 18, 1299-1311. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/icse/v18s2/1807-5762-icse-18-s2-1299.pdf>.

- Sheherazade, R. (2014, February 4). *Adote um bandido*. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=p_F9NwIx66Y.
- Silva, D.C., & Falconi, A.F. (2012). Os meios de comunicação em massa e seu impacto sobre o etiquetamento social. Encontro sobre Ciência, Reflexividade e (In)Certezas. *Anais...* UNICRUZ, Cruz Alta, RS. Recuperado de <http://bit.ly/2FHuYd1>.
- Silva, R. N. (2008). Ética e paradigmas na psicologia social: desafios da psicologia social contemporânea. In K. S. Ploner, L. R. F. Michels, L. M. Schlindwein, P. A. Guareschi (Org.). *Ética e paradigmas na psicologia social* (pp. 39-45). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Sousa Filho, A. (2007). Foucault: o cuidado de si e a liberdade, ou a liberdade é uma agonística. *Colóquio Internacional Michel Foucault*, 4. Recuperado de <http://www.redehumanizausus.net/sites/default/files/foucault20o20cuidado20de20si20e20a20liberdade.pdf>.
- Souza, M. (2003). Televisão, violência e efeitos midiáticos. *Psicologia: ciência e profissão*, 23(4), 82-87. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n4/v23n4a12.pdf>.
- Veiga-Neto, A. (2005). *Foucault e a educação* (2nd ed). Belo Horizonte: Autêntica.

Dados sobre as autoras:

- *Luciane Engel*: Graduada em Psicologia pela UNISC (2001), especialista em Gestão Penitenciária pela faculdade de Direito da UFRGS (2005), Mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS (2016), licenciada em Psicologia pela UFRGS (2017) e especialista em Psicologia Jurídica pelo CFP (2018). Servidora no sistema penitenciário do RS desde 2002 como Técnica Superiora Penitenciária Psicóloga, com função de acompanhamento e atenção à saúde da população privada de liberdade. Atualmente, é presidente da Associação dos Técnicos Superiores Penitenciários do RS (APROPENS), na gestão 2016-2019.
- *Inês Hennigen*: Graduada em Psicologia pela UFRGS (1985), mestre em Psicologia do Desenvolvimento pela UFRGS (1994) e doutorado em Psicologia pela PUC-RS (2004). É professora convidada do PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Atualmente, tem se dedicado ao estudo, pesquisa e intervenção no que concerne às seguintes questões: modos de subjetivação, mídia e tecnologias, relações de gênero, educação, relações de consumo, cidadania e (super)endividamento.